

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.724 - MG (2019/0094828-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : PEDRO HENRIQUE MEIRELES JULIANA (PRESO)
ADVOGADO : IGOR MEDEIROS VIDAL DE LACERDA - MG104682
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PEDRO HENRIQUE MEIRELES JULIANA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.18.035962-2/000, assim ementado:

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES E CRIMES DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO – REVOGAÇÃO DAS PRISÕES PREVENTIVAS OU SUBSTITUIÇÃO DAS SEGREGAÇÕES POR MEDIDAS CAUTELARES – IMPOSSIBILIDADE – DECISÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DAS CUSTÓDIAS CAUTELARES DOS PACIENTES – ORDEM DENEGADA.

1. Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação, se a il. Magistrada a quo converte as prisões em flagrante dos pacientes em preventivas ressaltando a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, após destacar a presença de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria.

2. Presentes os requisitos autorizadores das prisões preventivas, a manutenção das segregações provisórias é medida que se impõe." (fl. 98)

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 31 de janeiro do corrente ano, por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06 e 12 e 16 da Lei n. 10.826/2003 (tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico e porte de arma de fogo de uso permitido e de uso restrito). Referida custódia foi convertida em preventiva.

No presente recurso, alega a ausência dos requisitos autorizadores do art.

312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da prisão preventiva não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata dos delitos.

Afirma que o recorrente preenche todos os requisitos para o deferimento da liberdade provisória, além de defender a suficiência de monitoramento eletrônico previsto no art. 319, inciso IX, do Código de Processo Penal.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator